REGULAMENTO PARA A VOTAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO DE TRABALHADORES DO INESC TEC, APROVAÇÃO DO PROJETO DE ESTATUTOS E ELEIÇÃO DA COMISSÃO ELEITORAL

Introdução

Nos termos do artigo 415.º do Código do Trabalho, é direito dos trabalhadores “criarem uma comissão de trabalhadores para defesa dos seus interesses e para o exercício dos direitos previstos na Constituição e na lei”. Neste sentido, e em conformidade com os artigos 430.º a 432.º do Código do Trabalho, emite-se o presente regulamento que se regerá pelas seguintes cláusulas:

Capítulo I

Comissão eleitoral constitutiva

Artigo 1.º

Constituição e competência

1.A comissão eleitoral constitutiva (CEC), relativa à votação da constituição da Comissão de Trabalhadores do INESC TEC, aprovação do respetivo projeto de estatutos e eleição da Comissão Eleitoral, é constituída por dois elementos efetivos e um suplente.

2.A esta comissão eleitoral compete assumir a responsabilidade de todos os atos necessários até à eleição da Comissão Eleitoral que decorrerá da presente votação, bem como assegurar a mais ampla divulgação sobre o processo de votação da constituição da Comissão de Trabalhadores do INESC TEC e aprovação do respetivo projeto de estatutos.

Capítulo II

Votação

Artigo 2.º

Cadernos eleitorais

1.São eleitores, todos os trabalhadores permanentes do INESC TEC.

2.Os cadernos eleitorais serão divulgados até dez dias de calendário antes da

votação, através de afixação nos locais destinados à publicitação de documentos do interesse dos trabalhadores, podendo ser apresentadas reclamações quanto à sua constituição, à comissão eleitoral, no prazo de dois dias úteis, sendo as listas definitivas divulgadas no mesmo local até cinco dias de calendário antes da votação.

Artigo 3.º

Exercício do direito de voto

1.O direito de voto é exercido perante as mesas de voto, durante o período compreendido entre as 10:00h e as 17h30 do dia da votação.

2.Cada eleitor vota uma única vez na mesa de voto correspondente ao caderno eleitoral onde figura o seu nome e exerce o seu direito por ordem de chegada.

3.Verificada a inscrição no caderno eleitoral pela mesa, o direito de voto é exercido em boletim próprio, em cabine adequada ou outro local especialmente designado que assegure a natureza secreta do voto, mediante a aposição do sinal X no interior da quadrícula destinada a assinalar a escolha do eleitor.

4.Cada eleitor receberá três boletins de voto, de cores diferentes:

- a) Um referente à constituição da Comissão de Trabalhadores do INESC TEC;
- b) Um para aprovação do projeto de estatutos;
- c) Um para a eleição da Comissão Eleitoral.

5.No boletim referido na alínea c) do número anterior figurarão os nomes dos trabalhadores que se propuserem junto da CEC, no prazo de 5 dias após divulgação deste regulamento, integrar a futura Comissão Eleitoral, entregando para tal um termo de aceitação.

6.Corresponde a voto em branco o boletim que não tenha sido objeto de qualquer marca.

7.São considerados nulos os votos em cujo boletim tenha sido inscrito sinal diferente do previsto no número 3 ou em que o sinal nele inscrito suscite dúvidas sobre o seu verdadeiro significado, bem como aqueles cujo boletim

tenha sido danificado ou contenha inscrições indevidas ou rasuras.

8. Não é admitido o voto por procuração ou correspondência.

Artigo 4.º

Mesas de voto

1. Para efeitos do disposto no artigo anterior, e sem prejuízo do prescrito no artigo 431.º do Código do Trabalho, é constituída uma mesa de voto por estabelecimento do INESC TEC com um mínimo de 10 votantes, com a função de promover, gerir e registar as operações da votação e do ato eleitoral.

2. As mesas de voto são constituídas por um presidente e dois vogais, a designar pela CEC de entre os trabalhadores dos estabelecimentos do INESC TEC com mesa de voto.

Artigo 5.º

Apuramento dos resultados

1. Após o encerramento das urnas proceder-se-á à contagem dos votos.

2. Será elaborada uma ata, assinada por todos os membros da mesa, onde serão registados os resultados apurados.

3. Qualquer elemento da mesa poderá lavrar protesto na ata contra decisões da mesa.

4. As atas e os boletins de voto, expressos e não utilizados, serão entregues no próprio dia à CEC que decidirá sobre eventuais protestos lavrados em ata.

5. A comissão eleitoral apurará os resultados finais aplicando as seguintes regras:

a) A constituição da Comissão de Trabalhadores será deliberada por maioria simples;

b) A aprovação dos estatutos será deliberada por maioria simples;

c) A CE será constituída pelos três elementos mais votados, sendo o 4.º suplente. Caso se verifique um empate, escolher-se-á o trabalhador mais antigo.

6. A comissão eleitoral procederá à divulgação dos resultados provisórios no

prazo máximo de 24 horas após o encerramento das urnas.

7. Eventuais reclamações, devidamente fundamentadas, a apresentar até às 17 horas do dia útil seguinte à divulgação dos resultados provisórios, são apreciadas pela CE no dia útil seguinte.

8. Nas 48 horas seguintes ao termo do prazo referido no ponto anterior, a CEC elaborará um relatório onde constem os resultados das eleições, as deliberações proferidas e quaisquer outros factos relevantes e procederá à divulgação dos resultados definitivos.